



## **GÊNERO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PASSO FUNDO E A FALTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA**

Oscar de Souza Santos<sup>1</sup>  
Roberta Saldanha Gradin<sup>2</sup>

### **Gênero no plano municipal de educação**

O Plano Municipal de Educação (PME) de Passo Fundo - RS foi sancionado no dia 21 de setembro de 2015, após uma elaboração democrática que envolveu o Fórum Municipal de Educação, a Conferência Municipal de Educação e a participação da sociedade civil organizada. Deu-se início no primeiro semestre de 2015, a exaustivos debates, a respeito da presença do termo gênero em algumas metas do PME. A resistência de um vereador causou uma polêmica. Ligado a grupos religiosos contrários às discussões de gênero e sexualidade na escola, passou a proferir discursos de ódio na tribuna da câmara e nos meios de comunicação da cidade. Movimentos sociais representativos, como o “Plural - Coletivo Sexodiverso” e o “Coletivo Feminista Maria, vem com as outras”, juntamente com Sindicatos e movimentos de educadores, pressionaram os demais vereadores para a realização de uma audiência pública, que veio a acontecer no dia 8 de julho de 2015.

O texto do PME<sup>3</sup> é aprovado pelo executivo em setembro de 2015, mantendo a palavra gênero em 9 metas, dentro de um contexto de preocupação com a inclusão e o combate à discriminação na escola e na sociedade. Junto a ela, também aparece a preocupação com questões étnicas, de raça, direitos humanos e combate às desigualdades. Na contramão dos Planos Nacional e Estadual de Educação, o PME de Passo Fundo manteve a preocupação com a temática de gênero.


Entendendo não ser possível implementar discussões a respeito de gênero e sexualidade sem a devida preparação de docentes, nos propomos a refletir a importância de

<sup>1</sup>Graduando de Licenciatura em Ciências Biológicas, IFRS - *Campus* Sertão, oscarsantos2407@gmail.com.

<sup>2</sup>Graduanda de Licenciatura em Ciências Biológicas, IFRS - *Campus* Sertão, gradinroberta@gmail.com.

<sup>3</sup>Texto com as metas disponível para download no link: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/passofundo/lei-ordinaria/2015/515/5146/lei-ordinaria-n-5146-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-e-da-outras-providencias>





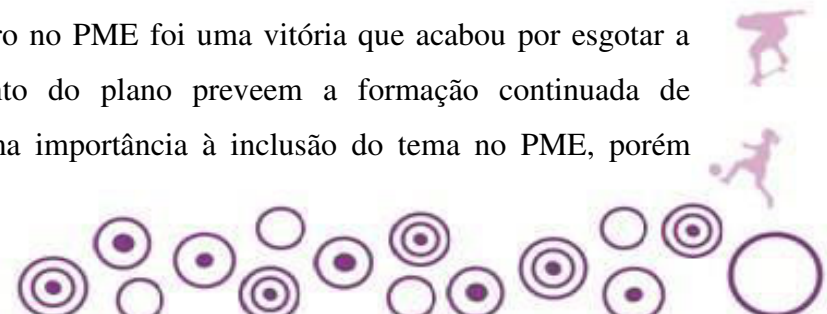
uma formação continuada e, antes dela, uma formação docente nos cursos superiores de licenciatura, que possibilitem a sensibilização de profissionais para o tema.


### **Formação de docentes**

A necessidade de abordagem de teorias de gênero e sexualidade nas escolas fica evidente quando a percebemos como um ambiente perpetuador de normas, que opera na perspectiva da heteronormatividade, ou seja, da norma heterossexual (LOURO, 2011). Uma grande preocupação é a evasão escolar, principalmente de pessoas travestis e transgêneras. A escola se constitui como um ambiente extremamente hostil à experiência da transgeneridade. Ao passo que se encara a diversidade sexual na adolescência como algo transitório ou reversível, a visualização dos corpos de pessoas trans não deixa esperança de retorno à norma. Assim, aquilo que resta é o afastamento desses corpos indesejáveis (CÉSAR, 2010). Isso nos leva a pensar que estas pessoas não evadem, mas “são evadidas”. Diante de tal perspectiva, fica a inquietação: como a formação docente tem preparado licenciandas e licenciandos para trabalharem com a diversidade sexual e de gênero? O próprio PME de Passo Fundo traz a preocupação com o trabalho em cooperação com instituições de Ensino Superior, no sentido de estimular a inserção do debate de gênero na formação docente. O que acontece, enquanto nada disso é posto em prática, é a espera pela disposição de docentes dos cursos de licenciatura, a inserirem o debate em suas disciplinas, o que geralmente acontece nas disciplinas de Educação Inclusiva e Direitos Humanos. É necessário pensar a formação de educadoras e educadores para se transformar o currículo oculto, ou seja, o currículo construído pela comunidade escolar no dia a dia, que forma atitudes, comportamentos, valores, orientações, dentre outros aspectos que permitem a adaptação dos sujeitos às estruturas da sociedade capitalista e excludente (SILVA, 2005). A formação continuada aqui tem influência principalmente no currículo oculto da escola, uma vez que sensibiliza o olhar docente para a não omissão diante de situações de discriminação em sala de aula. É preciso desmistificar a ideia de que basta apenas “respeitar” o outro, atitude que demonstra o quanto o silêncio e a esquiva ao enfrentamento do tema têm garantido a manutenção da escola como instituição normatizadora, quer dizer, heteronormatizadora (SILVA, 2012).

### **Conclusão**

A permanência da palavra gênero no PME foi uma vitória que acabou por esgotar a discussão. Outras metas no documento do plano preveem a formação continuada de professores. Entendemos ser de extrema importância à inclusão do tema no PME, porém





acreditamos que a mesma energia que se dispensou para a defesa de sua permanência no corpo do texto das metas, deva ser dispensada à efetivação da formação continuada. A sensibilização para que um profissional da educação seja capaz de identificar situações de discriminação e desenvolver ações que evitem a evasão escolar, vai muito além de meros debates esparsos dentro de disciplinas que possuem também suas especificidades. É necessário a inclusão de um programa permanente nos currículos, seja através de projeto de pesquisa ou, abarcando todo o corpo discente, uma disciplina que se pautar na contextualização básica de gênero e sexualidade, e problematize as situações de violência na escola e na sociedade como um todo.

### Referências

CÉSAR, Maria Rita de Assis. *Sexualidade e Gênero: Ensaio Educacionais Contemporâneos*. Instrumento: *R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora*, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/view/936>> Acesso em: 29/04/2018

LOURO, Guacira Lopes. *Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade*. Form. Doc. Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/9/30/1>> Acesso em: 26/04/2018

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da. *Gênero e Sexualidade na Formação Docente Continuada e nos Espaços Escolares: Uma Análise do Curso GDE na UFMA*. Florianópolis, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

**Catálogo na Publicação:**

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira  
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

